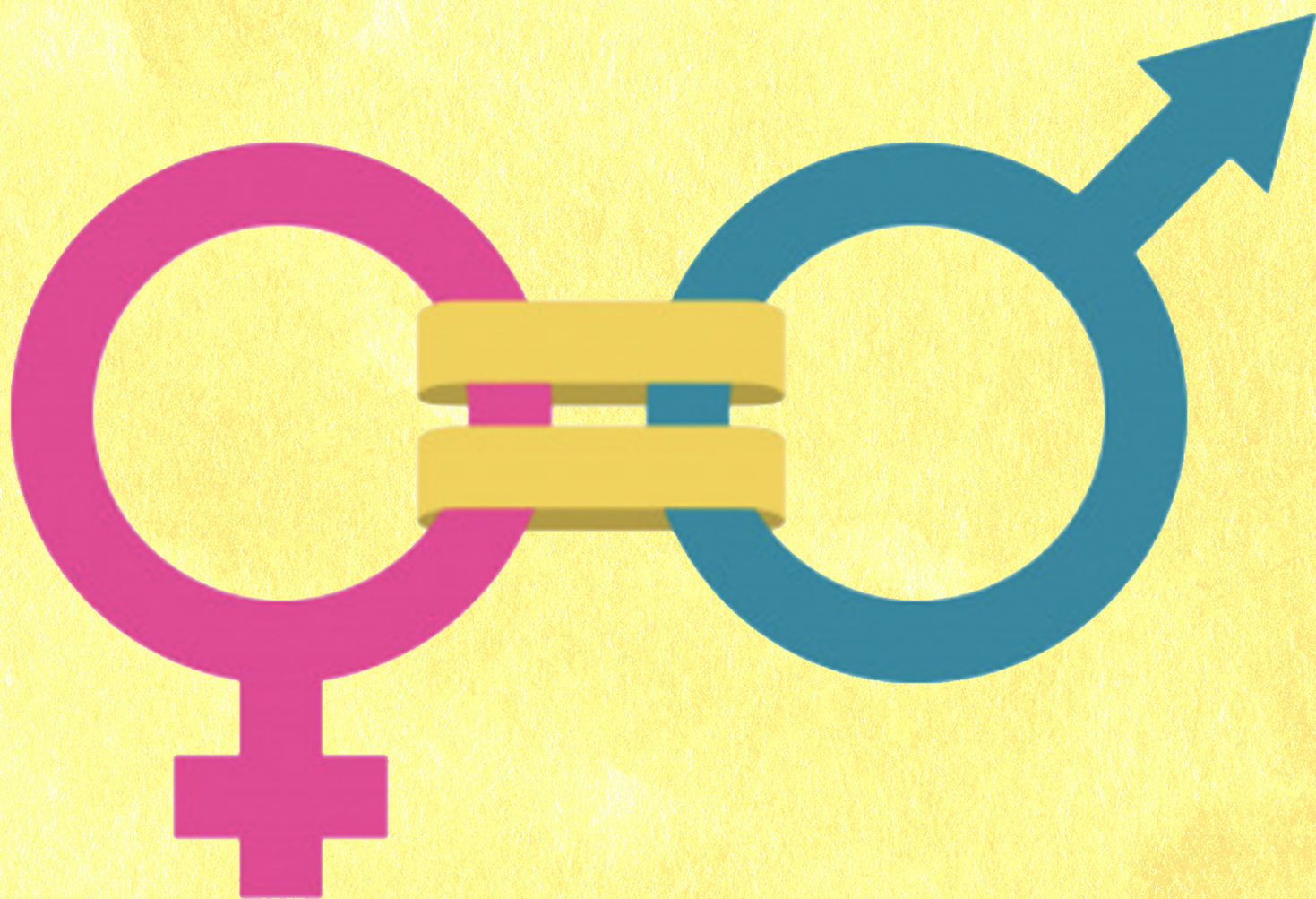


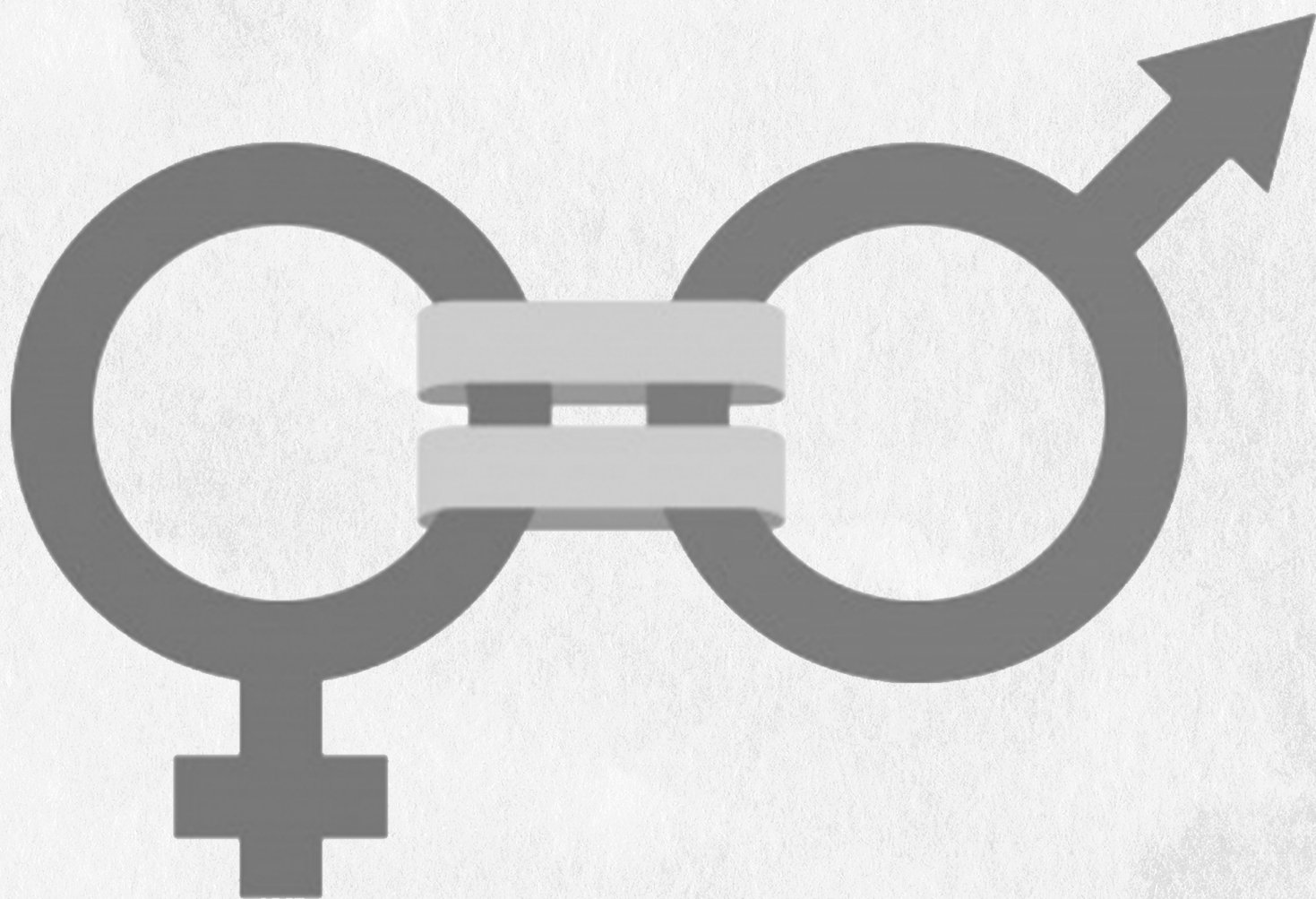
RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M775r	<p>Monteiro, Solange Aparecida de Souza. Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-058-2 DOI 10.22533/at.ed.582202205</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza..</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A temática pertinente **RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS** é complexa que tem motivadora de debates na sociedade acerca de como abordar a problemática do gênero e sexualidade na educação. Uma educação democrática, pensa a escola como um ambiente rico em diversidade, visto que seu espaço é repleto de sujeitos em formação. Neste sentido, faz-se necessário elaborar estudos que estejam voltados para a discussão sobre a sexualidade, pensando em uma educação mais inclusiva, que pautado no reconhecimento plural das identidades, buscando a perspectiva de garantia de direitos para a construção de uma sociedade mais igualitária que reconheça e respeite a diversidade sexual e de gênero. A escola tem marcas de um ambiente de promoção e de construção do conhecimento, no qual se consolidam aprendizados em que se formam sujeitos em suas subjetividades em contextos culturais sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Deste modo a escola pode ocupar um papel central no desenvolvimento de seus alunos, e que em razão disto pode estimulá-los a pensar criticamente sobre os discursos socialmente construídos e determinantes no sentido de , romper com a reprodução dos aspectos de uma moralidade que estimula a produção de desigualdade, preconceito e violência em nossa sociedade para a construção dos vínculos afetivos, as identificações sociais e principalmente a produção de subjetividades, contribuindo no desenvolvimento de uma cultura plural e de respeito a diversidade dentro de seu sistema de ensino. E assim, pensando nas possíveis manifestações da sexualidade presentes no cotidiano de crianças e adolescentes em contexto escolar, que surgem demandas de realizar uma reflexão acerca dos métodos e condutas adotados pela escola em lidar com esta temática.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões para temas de **RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS**.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CULTURA UNIVERSITÁRIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos Fabio Rodrigues dos Santos DOI 10.22533/at.ed.5822022051	
CAPÍTULO 2	17
A METODOLOGIA NO TRUQUE: DESLOCAMENTOS E (DES) ENCONTROS EM UMA ETNOGRAFIA MULTISITUADA SOBRE TRAVESTIS BRASILEIRAS NA ESPANHA.	
Maria Cecília Patrício DOI 10.22533/at.ed.5822022052	
CAPÍTULO 3	27
COLONIALIDADE DE GÊNERO: (UM)A CONSOLIDAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL	
Sarah Francine Schreiner Geanne Gschwendtner DOI 10.22533/at.ed.5822022053	
CAPÍTULO 4	39
EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE: DESCONSTRUINDO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E “MARXISMO CULTURAL”	
Rosiléa Agostinha de Araújo Lorena Kelly Alves Pereira Geovane Gomes de Araújo Glauberto da Silva Quirino DOI 10.22533/at.ed.5822022054	
CAPÍTULO 5	50
COMO A GENTE SE DIVERTE: CORPOS MASCULINOS EM WEBSITES DE CRUZEIROS LGBT	
Diego Santos Vieira de Jesus DOI 10.22533/at.ed.5822022055	
CAPÍTULO 6	64
GÊNERO E GESTÃO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO NA INDÚSTRIA CATARINENSE	
Leonard Almeida de Moraes Juliano Keller Alvez Édis Mafra Lapolli DOI 10.22533/at.ed.5822022056	
CAPÍTULO 7	79
GÊNERO, RAÇA E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS EM ESCOLAS DE RIO BRANCO/ACRE	
Maria de Lourdes Esteves Bezerra Cleyde Oliveira de Castro Murilena Pinheiro de Almeida DOI 10.22533/at.ed.5822022057	

CAPÍTULO 8	87
OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS	
Meiriane Christine dos Santos Aguiar Isis Vanessa Nazareth Yasmin Alves de Oliveira Lopes Rejane Corrêa Marques Fabrícia Costa Quintanilha Borges Thayssa Cristina da Silva Bello DOI 10.22533/at.ed.5822022058	
CAPÍTULO 9	98
GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA NA ESCOLA: REFLEXÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DE LIVROS DE OCORRÊNCIA ESCOLAR	
Keith Daiani da Silva Braga Arilda Ines Miranda Ribeiro DOI 10.22533/at.ed.5822022059	
CAPÍTULO 10	110
OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E A EXPERIÊNCIA DA TRANSEXUALIDADE	
Kueyla de Andrade Bitencourt João Diógenes Ferreira dos Santos DOI 10.22533/at.ed.58220220510	
CAPÍTULO 11	121
UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A PSICOLOGIA ESCOLAR	
Iara Luzia Henriques Pessoa Glauce Michelle Araújo Penha Carlos Alberto Gomes de Brito DOI 10.22533/at.ed.58220220511	
CAPÍTULO 12	129
SILENCIAMENTOS: A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS E O CONTEXTO BRASILEIRO	
Joice da Silva Brum Nivia Valença Barros DOI 10.22533/at.ed.58220220512	
CAPÍTULO 13	141
GNOSIOLOGIA NAS INVESTIGAÇÕES EM EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISAS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Claudionor Renato da Silva Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges DOI 10.22533/at.ed.58220220513	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	151
ÍNDICE REMISSIVO	152

COLONIALIDADE DE GÊNERO: (UM)A CONSOLIDAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL

Data de aceite: 26/03/2020

Data de submissão: 11/02/2020

*Artigo submetido, apresentado e publicado no I Colóquio Nacional Sobre Currículo, Território e Diversidade Étnico-Cultural; I Simpósio Nacional sobre Religiosidades Populares e Identidades Coletivas; I Seminário Regional sobre Povos Originários: cultura, sustentabilidade e modos de vida (1.: 2018: Paranaguá, PR) / organizadores, Antônio Ferreira, Ezequiel Westphal, Maria Lúcia B. Machado. Pa ranaguá: IFPR, 2018. ISBN: 9788582993392

Sarah Francine Schreiner

Professora do Curso de Direito, e participante do Grupo de Estudos do Núcleo de Estudos e Atividade em Direitos Humanos – NEADH, na Univille campus São Bento do Sul-SC; mestranda em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUC-Paraná

<http://lattes.cnpq.br/1042420803334240>

Geanne Gschwendtner

Estudante do Curso de Direito da Univille campus São Bento do Sul e participante do Grupo de Estudos do Núcleo de Estudos e Atividade em Direitos Humanos – NEADH, na Univille *campus* São Bento do Sul – Santa Catarina

<http://lattes.cnpq.br/5555303818364815>

RESUMO: O termo “colonialidade de gênero” cunhado por María Lugones, remete à estrutura de colonização da América do Sul, e reafirma o patriarcado, que envolve a imposição de determinado grupo sob outro, criando assim uma dominação entre colonizador e colonizado. Adentrando no aspecto homem e mulher, esta estrutura estratifica a inferiorização da mulher em seu papel social. No Brasil, esta construção patriarcal – eurocêntrica, procedente da colonização, também contribuiu para a dicotomia entre os gêneros, e mantém como referência cultural a necessidade de subalternização do outro, no caso, da mulher. Levando em conta essa estruturação, este estudo objetiva relacionar a desigualdade de gênero existente no Brasil com a forma de colonização realizada no país, e proporcionar reflexões acerca do impacto desta colonização na sociedade brasileira, e a dimensão com que tal evento atinge a vida da mulher em específico, pois a força do patriarcado, ainda presente na atualidade manteve a mulher como inferior e muitas vezes objeto do homem, inclusive com o uso da violência para determinar o sujeito

dominador como superior frente ao sujeito dominado. O estudo se desenvolve sob o método bibliográfico de pesquisa, e busca relacionar fatores atuais que apontam para uma estratificação da desigualdade de gênero no país, e sua raiz colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Colonialidade; Desigualdade.

COLONIALITY OF GENDER: (ONE) THE CONSOLIDATION OF GENDER INEQUALITY IN BRAZIL

ABSTRACT: The term “coloniality of gender” coined by María Lugones, refers to the structure of colonization of South America, and reaffirms patriarchy, which involves the imposition of one group under another, creating a domination between colonizer and colonized. Entering the aspect of men and women, this structure stratifies the inferiorization of women in their social role. In Brazil, this patriarchal - eurocentric construction, coming from the colonization, also contributed to the dichotomy between the genders, and maintains as a cultural reference the need of subalternization of the other, in the case, of the woman. Taking into account this structure, this study aims to relate the gender inequality existing in Brazil with the form of colonization in the country, and to provide reflections about the impact of this colonization on Brazilian society, and the extent to which such an event affects the life of women in particular, because the force of patriarchy, still present today, has kept women as inferior and often objects of man, including the use of violence to determine the dominant subject as superior to the dominated subject. The study is developed under the bibliographic method of research and seeks to relate current factors that point to a stratification of gender inequality in the country, and its colonial roots.

KEYWORDS: Gender; Coloniality; Inequality.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil ocupa a quinta posição de maior índice de desenvolvimento humano (IDH) em relação a outros países da América Latina, e a posição 79 dentre 189 países¹, evidenciando uma lenta, porém, crescente melhora, aspectos desenvolvidos com a criação de saídas para reduzir tais desigualdades, mas também a compreensão das razões que levam o país a apresentar esta situação.

Com uma profunda desigualdade de gênero no Brasil, de acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017, p. 17), atualizado em setembro de 2018, no Brasil, o IDH dos homens é superior ao das mulheres, o que contrasta com o fato de as mulheres terem maior escolaridade que os homens e maior longevidade, possuindo renda per capita 42,7% menor que a dos homens.

Estes índices apontam para a conclusão de que é necessário enfrentamento às mais diversas formas de desigualdade de gênero. Desigualdade esta, geradora de inúmeros problemas, como a divisão social e seletiva do trabalho, a violência

¹ Dados do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

contra a mulher, que além de criarem barreiras à vida individual, afetam inclusive o desenvolvimento humano da sociedade brasileira.

Em relação às desigualdades persistentes no Brasil,

As desigualdades constituem fontes de conflitos, em especial quando tão abissais como no Brasil. Em casos como este, e eles existem também em outras sociedades, as desigualdades traduzem verdadeiras contradições, cuja superação só é possível quando a sociedade alcança um outro estado, negando, *de facto* e *de jure*, o *status quo*. Neste estágio superior, não haverá mais as contradições presentes no momento atual. No entanto, podem surgir outras no processo do devir histórico. Numa sociedade como a brasileira, com clivagens de gênero, de distintas raças/etnias em interação e de classes sociais, o pensamento, refletindo estas subestruturas antagônicas, é sempre parcial. (SAFFIOTI, 2004, p. 37-38)

Das premissas lançadas, a inquietude do presente trabalho diz respeito a compreender se há relação entre a desigualdade de gênero verificada atualmente e a forma como se constituiu o Brasil enquanto sociedade, uma vez que sua formação se deu através do colonialismo europeu, cuja característica patriarcal naturaliza(va) as distinções entre homens e mulheres, sendo o primeiro dominador, e a última a dominada.

Em relação ao que se refere ao patriarcado, o seguinte registro é o que convém a este estudo:

(...) o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (HIRATA, 2009, p. 173)

Significativo, portanto, investigar a influência do colonialismo, que construiu a sociedade brasileira e firmou a naturalidade de tal desigualdade frente a estratificação do patriarcado nas relações sociais de gênero, e relacionar esta influência à realidade atual, que se mostra ainda desigual no que tange ao gênero, sendo estes os objetivos deste estudo.

A respeito do colonialismo, proposto por *María Lugones* quanto à “colonialidade de gênero” é o que orienta a análise de um dos objetivos propostos, uma vez que a partir de tal expressão, é possível se perceber um processo de desumanização de determinadas pessoas, as quais, por consequência, se tornam invisíveis ou menores no contexto social, tendo este processo por base histórica a colonização. E daí a provável conexão com desigualdade de gênero ainda vivenciada na sociedade brasileira (LUGONES, 2014, p. 935-952).

Neste sentido, esclarece-se acerca da colonialidade,

Ao usar o termo *colonialidade*, minha intenção é nomear não somente uma

classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. (LUGONES, 2014, p. 935-952)

E para o desenvolvimento da temática proposta, o método bibliográfico dá conta de providenciar conteúdos capazes de permitir os raciocínios propostos pelos objetivos, mantendo-se, a partir das conceituações pertinentes, a linha dedutiva de investigação.

2 | 2 DESENVOLVIMENTO

O ponto de partida dos processos de colonização que desencadearam o desenvolvimento das sociedades latino-americanas utilizavam desde os primórdios o sistema de dominação do colonizador,

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas. (LUGONES, 2014, p. 936)

Como consequência praticamente naturalizada, o desenvolvimento desta dicotomia entre colonizador e colonizado impôs o patriarcado nestas sociedades,

O patriarcado instaura a inferioridade da mulher no grupo social, sua capacidade de participar ativamente nas funções do grupo é colocada em dúvida pelo poder masculino, sendo essa relegada, então, ao espaço privado, passando a ser incluída subjetivamente como propriedade do homem. (IOP, 2009, p. 231-250)

Ademais, a concentração de poder no âmbito masculino, onde as instituições políticas modernas possuem dominações ao mesmo tempo patriarcais, racistas e colonialistas é visível no contexto político da colonização na América do Sul. (BIROLI, 2018, s. p.)¹

O aspecto apartado da questão biológica torna-se argumento de dominação que se desenvolve com uso da estratificação social,

¹ As referências que constarem “s. p.” descrevem-se por “sem página” sendo retiradas de livros digitais adquiridos pelo *ebook Kindle*.

Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da “diferença colonial”. Tais seres são, como sugeri, só parcialmente compreendidos como oprimidos, já que construídos através da colonialidade do gênero. A sugestão é não buscar uma construção não colonizada de gênero nas organizações indígenas do social. Tal coisa não existe; “gênero” não viaja para fora da modernidade colonial. Logo, a resistência à colonialidade do gênero é historicamente complexa. (LUGONES, 2014, p. 939)

Neste contexto colonial, o Brasil com a herança do patriarcado eurocêntrico mantém e naturaliza a dicotomia entre gêneros, criando como referencial de cultura a subalternização do outro, neste recorte, a mulher. E assim vai desconstruindo as individualidades e liberdades, a subalternização torna o sujeito sem “voz ativa”, através da anulação da participação no âmbito público, a mulher é delimitada ao âmbito privado do qual é reclusa à família, à atividade sexual e seus produtos, e à prole (SPIVAK, 2010, p. 14-17).

Esta subalternização, vale complementar, encontra amparo no exercício naturalizado da dominação do homem sobre a mulher,

As relações de dominação foram identificadas e denunciadas inicialmente pelos movimentos de emancipação, nos anos 60. Além da diversidade de formas assumida pela implementação de cada opressão em particular, observamos uma analogia estrutural comum: as relações de dominação e as desigualdades de estatuto estão no coração de toda relação social. Historicamente, a análise da opressão colonial inaugura essa reflexão. (HIRATA, 2009, p. 77)

Ao relacionar desigualdade de gênero com o impacto da colonização tem-se que ao longo do desenvolvimento social, reforços de padrões que limitam a mulher através da concessão de papéis inferiores, buscam afastá-la de possíveis locais de destaque e lhe tiram o poder de fala (RIBEIRO, 2018, s. p.).

A colonização dá conta de registro significativo das noções de identidade e organização social nacional, portanto, e vale relacionar ainda, que para além dos aspectos comuns deste método, houve a prática da colonização da memória através da religião, que tornou-se forte ponto de impacto civilizatório,

(...) à medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais. Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo e, por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero. Pode-se notar como este vínculo é macabro e pesado em suas ramificações impressionantes. Também se pode reconhecer, com o alcance que estou dando à imposição do sistema moderno colonial de gênero, a desumanização constitutiva da colonialidade do ser. (LUGONES, 2014, p. 938)

E desta desumanização construtiva da colonialidade do ser, desenvolve-se a desigualdade de gênero que ainda persiste no Brasil.

Conforme dados atuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017, p. 17), há distinção de renda entre homens e mulheres, significativamente, porque as mulheres ainda são menos assalariadas que os homens, fator que, aliado a outros, implica na redução do índice de desenvolvimento humano brasileiro.

A herança colonial, fundadora do patriarcado, e que aponta para a colonialidade de gênero, dá conta de nuances que se percebem ainda em um ciclo naturalizado no país. Basta, a título de exemplo, se destacar a funcionalidade da divisão sexual do trabalho.

Neste ponto, é apontado a força da desigualdade de gênero, a qual dá permissão a um processo de exploração da mulher pelo homem, reforçando-se inclusive a estrutura patriarcal,

O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema. (BIROLI, 2018, s. p.)

Neste nível de exploração, é possível relacionar a divisão sexual do trabalho no Brasil na contextualização da colonialidade de gênero, uma vez que não há igualdade de tratamento em relação à homens e mulheres quanto à divisão do trabalho, tampouco em relação à remuneração deste trabalho, o que diminui em dignidade a mulher, favorecendo sua desumanização.

E ainda, do papel ocupado pela figura feminina nas relações de trabalho, é reforçando o aspecto do trabalho não remunerado, geralmente desenvolvido pela mulher, e indicação da relação de poder – dominante e dominado - na sociedade,

A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas. (BIROLI, 2018, s. p.)

Registra-se que situações peculiares ao gênero feminino, como o exercício da maternidade, torna-se um agente complicador em relação à empregabilidade e pleno emprego.

Daí se dá destaque ao quão necessárias são as medidas para assegurar à mulher, por exemplo, a manutenção do vínculo empregatício quando do exercício da maternidade, porquanto, sem tais medidas, a desigualdade seria maior.

E a desigualdade da mulher e tratamentos discriminatórios dados a ela enquanto

parte da classe da trabalhadora em verdade prejudica todos os seus membros,

Parece clara a necessidade de um direito desigual no tratamento de seres humanos socialmente desiguais, com o objetivo de eliminar, ou pelo menos reduzir, as desigualdades. Se as mulheres já se defrontam com grandes dificuldades de reter seus empregos quando se casam ou engravidam, qual seria sua situação caso as leis não proibissem sua demissão em razão do casamento e da gravidez? Seguramente, a condição da mulher seria pior. Nas circunstâncias vigentes no Brasil, pelo menos as funcionárias públicas e uma pequena parcela das trabalhadoras de empresas privadas gozam, efetivamente, do direito a licença-maternidade. Isto, sem dúvida, é melhor que nada. Todavia, o fato de este direito ser desfrutado apenas por uma parcela das trabalhadoras brasileiras constitui motivo suficiente para justificar lutas, visando ao cumprimento integral da legislação protetora do trabalho feminino e da maternidade. Outras lutas, como a que visa a igualdade da mulher na família são da maior importância, merecendo o respeito e a contribuição de todos. Pelo menos os membros das classes trabalhadoras e das classes médias deveriam entender a relevância de sua participação, pois, como se demonstrou, são estas as classes altamente prejudicadas pela discriminação contra a mulher. (SAFFIOTI, 1987, p. 79)

Outro ponto, e este ainda mais nefasto da desigualdade existente entre homens e mulheres no país, e que surge em resultado desta desigualdade, é a violência desenvolvida contra o gênero feminino exclusivamente por sua condição de mulher.

A violência de gênero segue naturalizada porque se fixa na necessidade de demonstração da força e superioridade masculinas, mantendo-se a organização social fundada na distinção de gênero, que reduz a qualidade humana da mulher, e trata-se de um fenômeno que possui como causa estrutural o machismo enraizado na sociedade, procedente da cultura patriarcal, de herança colonial.

Da forma de educação e da construção da imagem da mulher na sociedade e o conceito moral de suas ações, tem-se a figura da “desobediência” perante o outro que seria o “líder”, e quando ela – mulher - não corresponde às expectativas de subjugação, é repreendida tanto pelo homem quanto pela sociedade em si.

Com a colonização e a disseminação do catolicismo como religião “maior” a ser seguida, diversos mecanismos tornaram a violência, por muito tempo, normal ao convívio no âmbito familiar,

A relação entre zelo e violência, que nos parece bastante paradoxal, em verdade é a chave desse discurso. Como conhecemos hoje em dia zelo tem a acepção de cuidado, desvelo, pontualidade e diligência em qualquer serviço e, menos frequentemente, pode significar afeição íntima e até ciúmes. Neste sentido, a acusação de zelo parece sintetizar a solução para a condenação da paixão e do afeto fora do casamento numa região em que a Igreja havia sido incapaz de difundir esse sacramento. Na concepção da Igreja, o matrimônio sacramentado que triunfa a partir do século XIII europeu correspondia ao único lugar do desejo. Embora extremamente regulado em todas as suas dimensões, somente aí era lícito cumprir a “dívida conjugal” entre o homem e a mulher. Passava a ser um direito do marido exigir o pagamento da dívida através da violência e coerção física. Tudo deveria concorrer para um só fim: a procriação. Como se sabe, a Igreja defendia um casamento eminentemente austero em que o prazer e a volúpia deveriam permanecer proscritos. O ato sexual era um dever a ser cumprido com serenidade e pureza na alma para que os prazeres da carne não contaminassem o espírito,

afastando o homem de Deus. A presença do ardor no ato significava incorrer no mortal pecado da luxúria, onde a paixão rompia a domesticação. (PRIORE, 2004, p. 145)

Assim, difundido o pecado da carne, a sexualidade apenas para fins reprodutivos e a coerção através do medo com a violência, de certa forma praticou-se a “castração” da mulher, tornando-a objeto, merecedora de repressão e convertendo ao ambiente privado diante da ausência de local no espaço público, como espaço de permissividade masculina para oprimir e violentar o gênero oposto,

(...) O confinamento compulsivo do espaço doméstico e das suas habitantes, as mulheres, como resguardo do privado tem consequências terríveis no que respeita à violência que as vitimiza. É indispensável compreender que essas consequências são plenamente modernas e produto da modernidade, recordando que o processo de modernização em permanente expansão é também um processo de colonização em permanente curso. Assim como as características do crime de genocídio são, por sua racionalidade e sistematicidade, originárias dos tempos modernos, os feminicídios, como práticas quase mecânicas de extermínio das mulheres são também uma invenção moderna. É a barbárie da colonial / modernidade (...). (SEGATO, 2012, p. 121)

Esta objetificação encontra relação com a desumanização praticada pela colonialidade de gênero, que dá conta das consequências sentidas quanto à desigualdade existente entre homens e mulheres na sociedade brasileira, fortemente presentes nas estatísticas acerca da prática da violência de gênero.

As constantes notícias que diagnosticam atitudes desmedidas com relação às mulheres, inclusive já tipificadas criminalmente, por serem consideradas violentas e repulsivas, como a prática de violência doméstica, que guarda o caráter patriarcal e machista, são demonstrativos do quão desigual segue sendo o Brasil.

Levantamentos apontam que em 2016, um número de 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4% nesta taxa de assassinatos, conforme o Atlas da Violência² (2018, p. 45).

E a distinção de gênero abarca diferenciações por cor, inclusive em vinte estados brasileiros³, porque a taxa de assassinatos de mulheres negras cresceu no período

2 Neste Atlas da Violência 2018, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), se constroem e se analisam inúmeros indicadores para melhor compreender o processo de acentuada violência no país.

3 Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

4 Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe.

5 Alagoas, Amazônia, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins, destes com aumento de 50% foram Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins.

compreendido entre 2006 e 2016, sendo que em doze destes estados⁴ o aumento foi maior que 50%. Comparando-se com a evolução das taxas de homicídio de mulheres não negras, neste caso, houve aumento em quinze estados e em apenas seis⁵ deles o aumento foi maior que 50% (Atlas da Violência, 2018, p. 52).

Esses números colocam o país como o quinto mais violento em relação às suas mulheres, com destaque para o fato de que a maior parte das mortes violentas de mulheres é praticada por cônjuges e companheiros, a exemplo do total de feminicídios, segundo a ONU⁶, registrados em 2013, em que 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Detalhe para o fato de que das mortes violentas ocorridas no ambiente doméstico no período de 2013, a maior parte das vítimas foram mulheres, havendo em relação à mulher uma maior incidência da prática do delito de homicídio por outros meios, que não o uso de arma de fogo,

Quando analisadas de forma comparativa entre as vítimas mulheres e homens, essas duas variáveis contribuem para caracterizar as circunstâncias do crime na perspectiva de gênero. Nessa comparação observa-se, por exemplo, que nos casos envolvendo vítimas do sexo masculino predomina o uso de armas de fogo (73,2%), enquanto armas brancas foram utilizadas na prática de 14,9% desses crimes. Para os casos envolvendo mulheres, o uso de arma branca e de outros instrumentos e meios corresponde à maioria dos casos. Quanto ao local, apenas 10,1% das mortes de homens ocorreram em residências, enquanto, entre as mulheres, a casa foi o local do crime em 27,1% dos casos. (ONU Mulheres, 2016)

E em relação a outras formas de violência praticadas contra a mulher, para além da violência física e sexual, sendo consideradas também a violência psicológica, moral e patrimonial, da pesquisa realizada pelo Senado Federal, divulgada em 2016, o número de atendimento de mulheres vitimadas teve aumento significativo de 2014 para 2015:

No que diz respeito aos relatos de violência registrados pelo Ligue 180, serviço oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), de acordo com o Balanço 2015 – Ligue 1804, foram realizados 749.024 atendimentos em 2015, em comparação a 485.105 atendimentos realizados em 2014. Dentre os atendimentos realizados em 2015, cerca de 10% (76.651) se referiram a relatos de violência contra as mulheres. Destes relatos de violência, 50,16% corresponderam a violência física; 30,33%, a violência psicológica; 7,25%, a violência moral; 2,10%, a violência patrimonial; 4,54%, a violência sexual; 5,17%, a cárcere privado; e 0,46%, a tráfico de pessoas. (OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2016)

Mais perigoso que tais fatos violentos devidamente relatados, estão aqueles que jamais chegam à estatística, porquanto dentre as formas de violência contra as mulheres, a violência doméstica custa a ser reportada aos órgãos oficiais, uma vez que, por envolver questões afetivas e emocionais, há tendência da vítima resistir

⁶ Organização das Nações Unidas

buscar providências contra o agressor e realizar a denúncia quanto ao sofrimento experimentado pela experiência da violência, ora porque as sutilezas que permeiam esta prática podem levar a mulher a acreditar ser responsável pela situação, esperar que cesse a violência, ou simplesmente temer por sua vida e de seus filhos. (OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2016)

As mais diversas estratificações da violência contra a mulher em razão de gênero, não possuem mais fundamento plausível e caracterizam uma necessidade de ruptura social na visão do homem e da mulher como sujeitos na sociedade.

Uma saída para a situação aqui relatada, provém do termo empoderamento, hoje em voga, e que surge como mecanismo para lutar contra uma normatividade decorrente desde o período colonial,

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (BATLIWALA, 1994, p. 130).⁷

Esta ruptura com o que se recebe da herança colonial – que tende a reduzir a mulher enquanto sujeito de direitos, e que desumaniza o gênero feminino, abrindo precedentes que tem como consequência a desigualdade ainda existente no país, e refletida em contextos como o da divisão sexual do trabalho e a violência contra a mulher – se mostra urgente na sociedade brasileira, como forma de superação da colonialidade de gênero.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o desenvolver do pensamento acerca da colonialidade de gênero, tem-se a compreensão de que os/as colonizados/as eram sujeitos em situações especificamente coloniais, em forma de imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero, e a caracterização dos civilizados como os europeus brancos burgueses, numa dicotomia hierárquica utilizada de ferramenta para condenação dos/as colonizados/as. (LUGONES, 2014, p. 936)

Na América Latina, e por consequência o Brasil, através desta visão onde há uma missão civilizatória, incluindo a conversão ao cristianismo, criou-se o conceito ideológico de conquista e colonização dos povos.

Ao subalternizar o gênero feminino e anular o espaço social, as formas de

⁷ Tradução livre do original em inglês

opressão ganharam força para a solidificação de heranças culturais e tradições capazes de boicotar a mulher em diversos momentos, através da violência ou de entraves à ocupação de lugares de fala, distanciando a melhora na qualidade e possibilidade de vida da mulher, que ainda hoje reafirmam o papel de dominador e dominado, dinâmica fortemente constituída pelo patriarcado.

Esta anulação do gênero, procedente do colonialismo, segue estratificada, e ainda reverbera suas consequências na vida da mulher em sociedade, como reflexos percebidos no campo do desenvolvimento pessoal no trabalho e a violência no âmbito familiar, sendo necessário lembrar que há nuances que diferem nas estruturas para além da binaridade de gênero, que adentram a questão de raça também, outro forte indício do qual presente a colonialidade está nas relações sociais brasileiras.

Diante de números em expansão quanto à desigualdade de gênero, a criação de medidas de proteção às mulheres em situação de risco e maior punibilidade dos agressores, bem como a busca de um desenvolvimento mais igualitário entre os gêneros com a implementação de políticas públicas que visem não apenas categorizar a violência e as desigualdades, mas também tornar a sociedade mais consciente dos processos coloniais, para refletir acerca das imposições de verdades concebidas até o momento, bem como o empoderamento feminino fazem-se mister, pois “A sociedade só é forçada a mudar quando um grande número de mulheres estão mobilizadas e pressionando para a mudança” (BATLIWALA, 1994, p.132).

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Acesso em 18 de fev. 2019.

BATLIWALA, Srilatha. (1994). “**The meaning of women’s empowerment: new concepts from action**”. In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Boston: Harvard University Press.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

IOP, Elizandra. **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais**. *Visão Global*, vol. 12, 2009.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, set-dez, 2014.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais**. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>. Acesso em 19 de fev. 2019.

ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. Disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em 19 de fev. 2019.

ONU Mulheres. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília: 2016. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso em 19 de fev. 2019

PLANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Brasil mantém tendência de avanço no desenvolvimento humano, mas desigualdades persistem**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/brasil-mantem-tendencia-de-avanco-no-desenvolvimento-humano--mas/>. Acesso em: 13 de fev. 2019

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 7ª ed., 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017**. – Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2017. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>. Acesso em 13 de fev. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala? (Feminismos plurais)**. Editora Letramento, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. E-cadernos ces, 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533>. Acesso em 19 de fev. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 5, 104, 115, 117, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 148

Agenda 15, 40, 41, 45, 48, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

B

Brasileiro 18, 22, 32, 34, 48, 104, 130, 136, 140

C

Catarinense 64, 65

Colonialidade de gênero 27, 29, 32, 34, 36

Corpo 3, 11, 13, 17, 23, 24, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 74, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 102, 106, 115, 109, 120, 121, 127, 135

Corpos masculinos 6, 50, 51, 57, 58, 60

Cultura universitária 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

E

Educação Sexual 15, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

escolar 5, 2, 8, 46, 79, 80, 84, 85, 86, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 141, 142, 144, 146, 147, 148

Escolar 98, 99, 103, 109, 121, 151

Etnografia multisituada 17, 18

F

Feminino 3, 4, 26, 32, 33, 36, 37, 47, 55, 57, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 73, 76, 77, 87, 89, 90, 91, 93, 97, 101, 102, 107, 124, 125, 130, 131, 135, 136, 137, 138

Formação docente 1, 4, 5, 10, 11

G

Gênero 3, 1, 15, 16, 25, 28, 37, 38, 44, 48, 49, 79, 86, 98, 108, 121, 128, 129, 134

Gnosiologia 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150

H

Homofobia 43, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109

I

Ideologia 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49

Inclusão 53, 65, 75, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 90, 114, 127

Indústria 64, 65, 69, 71, 74, 77

Integrativa 87, 90, 97

Investigações 144, 145, 147, 148

M

Marcos sociais 110, 111, 112, 113, 115, 116

Marxismo cultural 39,40, 41, 43, 44, 45, 46, 48

Memória 25, 31, 42, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

Metodologia 1, 4, 17, 20, 26, 78, 80, 141, 144, 151

Mulheres 2, 3, 4, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 109, 117, 124, 125, 129, 133, 135, 137, 138, 148

P

Pesquisa 1, 4, 8, 9, 11, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 28, 35, 39, 42, 48, 52, 57, 58, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 75, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 98, 99, 104, 105, 108, 118, 120, 122, 123, 130, 131, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

Pessoas com deficiências 81, 82

Pós-verdade 39, 40, 42, 43, 48

Proposta 16, 18, 30, 61, 70, 81, 84, 105, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Psicologia escolar 121, 127, 128

Publicações científicas 89

R

Raça 6, 30, 37, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 94, 121, 122, 123, 124, 131, 135

S

Sexualidade 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 34, 39, 41, 45, 47, 48, 52, 53, 60, 62, 90, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 116, 118, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

T

Transexualidade 110, 112, 113, 114, 115, 120, 128

Travestis brasileiras 17, 18, 19, 21, 22, 25

Truque 22, 25

V

Violência 5, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 53, 57, 60, 91, 92, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 116, 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Violência de gênero 33, 34, 91, 130, 134, 135, 137

 **Atena**
Editora

2 0 2 0